

Considerando a posição favorável da Câmara Municipal da Chamusca quanto à localização e instalação dos dois CIRVER na área do seu município:

Entende-se, pois, justificado e especialmente adequado estabelecer medidas preventivas, na área de implantação dos CIRVER identificados, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 107.º e seguintes do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro.

Foi ouvida a Câmara Municipal da Chamusca.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Sujeitar a medidas preventivas a área definida na planta anexa à presente resolução e que dela faz parte integrante.

2 — As medidas preventivas consistem na sujeição a parecer vinculativo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, sem prejuízo de outros pareceres legalmente exigíveis, das seguintes acções:

a) Trabalhos de escavação e de remodelação dos terrenos;

b) Obras de construção, reconstrução e edificação;

c) Obras de demolição de edificações existentes, excepto as que, por regulamento municipal, possam ser dispensadas de licença ou autorização;

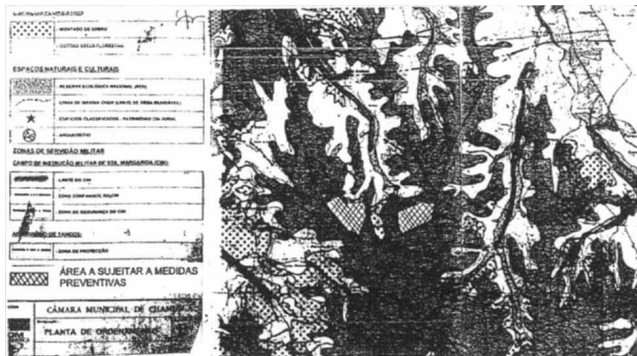
d) Derrube de árvores em maciço ou destruição de solo vivo e do coberto vegetal.

3 — As acções referidas no número anterior só podem ser levadas a cabo para implementação dos projectos dos dois centros integrados de recuperação, valorização e eliminação de resíduos perigosos (CIRVER) já licenciados ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 3/2004, de 3 de Janeiro.

4 — O prazo de vigência das medidas preventivas é de dois anos, prorrogável por mais um ano, caducando com a implementação dos CIRVER referidos no número anterior.

5 — A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Presidência do Conselho de Ministros, 11 de Janeiro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.



Declaração de Rectificação n.º 17/2007

Segundo comunicação do Ministério da Educação, a Portaria n.º 49/2007, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 5, de 8 de Janeiro de 2007, cujo original

se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

1 — No n.º 1 do artigo 13.º, onde se lê «a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo anterior» deve ler-se «a que se refere a alínea c) do n.º 4 do artigo anterior».

2 — No n.º 2 do artigo 23.º, onde se lê «Sem prejuízo do artigo anterior» deve ler-se «Sem prejuízo do artigo 21.º».

3 — No n.º 4 do artigo 23.º, onde se lê «Para os efeitos da alínea a) do n.º 5 do artigo 12.º,» deve ler-se «Para os efeitos do n.º 5 do artigo 12.º,».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 22 de Fevereiro de 2007. — Pelo Secretário-Geral, a Secretária-Geral-Adjunta, *Ana Almeida*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 46/2007

Por ordem superior se torna público ter a República da Albânia depositado junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa, em 14 de Fevereiro de 2005, o seu instrumento de ratificação da Convenção para a Protecção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Carácter Pessoal, aberta para assinatura em Estrasburgo em 28 de Janeiro de 1981, com as seguintes declarações:

«In accordance with article 3, paragraph 2, subparagraph a), of the Convention, the Republic of Albania declares that it will not apply the Convention to the following categories of personal data:

a) Processing of personal data carried out by individuals exclusively for personal purposes provided (on the condition) that these data are not intended for distribution (broadcast) through different means of communication;

b) To personal data which, by virtue of a law, are accessible to the public and to the personal data which are published in accordance with the law.

In accordance with article 3, paragraph 2, subparagraph b), of the Convention, the Republic of Albania declares that it will apply the Convention to the data (information) relating to groups of persons, associations, foundations, companies, institutions or any other bodies, consisting directly or indirectly of individuals whether or not such bodies possess legal personality.

In accordance with article 13, paragraph 2, of the Convention, the Republic of Albania declares that the designated authorities for co-operation among the Parties are:

1) Ministry of Justice, Boulevard Zogu I no. 5, Tirana, Albania;

2) INSTAT (Instituti i Statistikave), Rruga Lekë Dukagjini, Tirana, Albania.

Concerning the respective competences of the above-mentioned authorities.

INSTAT is the competent authority responsible for the cooperation between Parties for all issues related